

**UMA VISAO GEOPOLÍTICA DE PROJEÇÃO DO ESTADO COLOMBIANO  
DIANTE DO CENÁRIO REGIONÃO E MUNDIAL**

José Roberto Faria e Faria<sup>1</sup>  
Arturo Arango Santos<sup>2</sup>  
Mario Gregorio Zabala Medina<sup>3</sup>

**Resumo**

O cenário regional e mundial na geopolítica vem sofrendo mudanças radicais nas últimas décadas, forçando os países periféricos a se reposicionar. A Colômbia sai do isolamento na política exterior para um papel mais ativo, voltado para uma nova proposta de inserção e projeção no cenário regional e mundial. Essa nova abordagem parte de uma percepção que o isolamento e a aliança com os Estados Unidos, não iria resolver seus problemas internos e deixaria em cheque seus parceiros externos. Esse trabalho busca através de pesquisas bibliográficas baseadas nos estudos das políticas exteriores e das relações internacionais da Colômbia e seus países vizinhos. Essa análise é feita pela história do posicionamento da política exterior da Colômbia e os últimos dois governos presidenciais que marcaram profundamente a trajetória e visão geopolítica da Colômbia. A projeção do Estado colombiano diante do cenário regional e mundial é tema desse trabalho que tem como objetivo analisar e apresentar possíveis recomendações de uma nova agenda voltada para uma política de Soft Power com seus vizinhos sul-americanos e parceiros internacionais.

**Palavras-chaves:** Visão Geopolítica; Política Exterior; Colômbia.

**Abstract**

The regional and global scenario in geopolitics has been undergoing radical changes in recent decades, forcing peripheral countries to reposition themselves. Colombia has withdrawn from foreign policy isolation for a more active role, aimed at a new proposal of insertion and projection without regional and world scenario. This new approach starts from a perception and isolation and an alliance with the United States, it is not your problem. This work searches through bibliographic research based on studies of foreign policies and international relations of Colombia and its neighboring countries. This analysis is made by the history of the positioning of Colombia's foreign policy and the last two presidential governments that have profoundly marked Colombia's trajectory and geopolitical vision. A projection of the Colombian State before the regional and world scenario is the subject of the work that aims to analyze its opinion on a new agenda focused on a policy of Soft Power with its South American neighbors and international partners.

**Keywords:** Geopolitical vision; Foreign Policy; Colombia.

---

<sup>1</sup> Discente de pós graduação em Relações Internacionais e Geopolítica na PanAmazônia. E-mail: [duda2008@bol.com](mailto:duda2008@bol.com)

<sup>2</sup> Discente de pós graduação em Relações Internacionais e Geopolítica na PanAmazônia. E-mail: [aarango@sena.edu.com](mailto:aarango@sena.edu.com)

<sup>3</sup> Discente de pós graduação em Relações Internacionais e Geopolítica na PanAmazônia. E-mail: [mariodrb74@hotmail.com](mailto:mariodrb74@hotmail.com)

## **1. INTRODUÇÃO**

Desde o início do século XXI, se observa uma radical mudança na direção da política exterior colombiana. Com mudanças mundiais e fatores regionais, a Colômbia resolveu ter um papel mais ativo na geopolítica regional, buscando um novo rol frente à América Latina.

Durante esses últimos 15 anos, a Colômbia passou de um país neutro ou até mesmo ilhado geopoliticamente, para um país que se diversificou, buscando novas alianças e parcerias. Foi colocada em prática uma política de reaproximação com os dois Estados, Venezuela e Equador, onde historicamente sempre tiveram uma relação de amor e ódio.

Embora careça de uma estratégia afinada com a realidade atual, a Colômbia vem ampliando sua agenda, aproximando de outros países da América Latina e da Ásia, como forma de renovação em sua política exterior.

Esse trabalho tem como objetivo, analisar a desenvoltura que a Colômbia se projeta geopoliticamente nesse novo cenário regional e mundial. Serão debatidas as mudanças na política interior colombiana frente às potências regionais como México, Brasil e com as potências médias regionais como Venezuela, Argentina e Chile.

A metodologia aplicada a esse trabalho foi pela pesquisa bibliográfica, com livros e artigos científicos publicados tanto no Brasil quanto na Colômbia. A Colômbia é vista como uma potencia regional secundária ou média, pelos requisitos dos estudos de geopolítica.

É um país de 1.130 km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 46 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto-PIB está em torno de \$ 288 bilhões de dólares, com uma renda per capita mediano-baixa, variando uma população de 31% de pobreza (ESCENÁRIO Y DESAFIOS, p. 648)

### **1- CONTEXTO RELEVANTE**

Diogo Cordova (2011) considera que a Colômbia é um país com espaços múltiplos, devido ter uma parte sua situada no norte (Caribe), na América Central, no

seu Oeste ter o pacífico, no leste um espaço continental, com saída para o Atlântico, no sul está a Amazônia.

Logo, essa localização lhe oferece uma boa perspectiva geoestratégica.

No contexto de sua política exterior, a Colômbia revela uma forte perspectiva tradicionalista nas relações internacionais de onde postula os seguintes termos:

- Singularização do Estado, sustentando a soberania estatal que garante o princípio da não intervenção;
- Presunção da igualdade jurídica, com a indispensável celebração bilateral dos tratados;
- A ordem internacional com o resultado de alianças, cujo resultado é o equilíbrio do poder.

Analisando esses termos, observa-se que correspondem à política exterior concebida como “*respice polum*”, que se expressa no direito concentrado da política exterior.

Sua orientação para a política exterior está voltada para estratégias que buscam melhorar o desenvolvimento econômico e social e, ao mesmo tempo, construir uma política exterior eficiente e com credibilidade com seus parceiros continentais e de outros continentes.

Muito de sua energia política é gasta com a solução de problemas internos, de violência e conflitos. Fato esse que o tema conflito é muito usado pela classe política, como forma de marketing de campanha. Ele sempre está na agenda dos debates políticos internos.

Martha Ardila (1991) em seu estudo da história da política exterior analisa que desde o começo do governo de Marco Fidel Suarez (1918-1921) e indo até o governo de Cesar Gavínia (1990-1994). Esse estudo mostra uma política exterior na maioria das vezes alinhada com os Estados Unidos principalmente, e poucas vezes voltados a outros casos com o fortalecimento das relações com outros países.

A política de não alinhamento com a potência hegemônica veio aparecer com maior intensidade no governo de Belisário Betencourt (1982-1986).

A autora reconhece que existe uma carência didática e profissional na política de Estado voltada as relações internacionais, devido à política exterior depender da personalidade de cada governante, o que gera transtornos pela falta de continuidade para questões que exigem abordagens de médio e longo prazo.

Carolina Barco em seu livro intitulado “Reflexões sobre a política exterior da Colômbia” de 2002-2006, afirma que os cenários nacionais ou internacionais, determinam como será formulada a política exterior. As prioridades estiveram sempre para os temas de segurança, luta contra o terrorismo, situações de direitos humanos e de desenvolvimento. Estes componentes definiram durante muito tempo o alinhamento da política exterior colombiana.

Tradicionalmente, a política exterior colombiana do estado está muito relacionada com a política interna, e no governo do presidente Uribe isso se intensificou demasiadamente. Nesse tempo, as esferas de decisões estavam pautadas em instrumentos de prioridade de política interna, sendo a seguridade democrática a maior das prioridades desta política.

Para efeito de análise, sua campanha tinha como carro chefe a Seguridade Democrática, a questão do conflito interno foi o fator que direcionou toda a política colombiana e o motivo fundamental do alinhamento com os Estados Unidos.

Esse alinhamento resultou no Plano Colômbia, plano principal da Política Exterior do governo Uribe do primeiro mandato, que era financiado e operado por americanos.

O Plano Colômbia visava o combate ao narcoterrorismo interno, mas sua implantação gerou um descontentamento e uma profunda inquietação nos países latino-americanos, principalmente a Venezuela e o Brasil, que viam como pretexto para os americanos atuarem ou que poderia ser usado como trampolim para futuras ações americanas no continente.

## **2. DO DISTANCIAMENTO PARA A APROXIMAÇÃO COM OS VIZINHOS**

A Colômbia é um Estado independente, e foi uma das primeiras colônias espanholas a buscar sua independência. O século XX é marcado por uma política exterior de subordinação consciente pelos Estados Unidos, embora em alguns momentos se buscasse maior autonomia ou distanciamento voluntário, como foi nas administrações dos governos do presidente Alfonso López Michelseu e do presidente Belisário Betaucur, onde ficou caracterizado o movimento dos Não Alinhados.

Antes do governo de Santos, as três últimas administrações foram caracterizadas por uma maior complacência a subordinação à hegemonia norte-americana. No governo de Álvaro Uribe, houve um maior aprofundamento nessa relação com os estados Unidos.

Devido à Colômbia apresentar problemas transnacionais, que estão vinculadas aos assuntos globais, como drogas ilícitas, crimes transnacionais, terrorismo, inclusive uma guerra civil que já dura 50 ano em seu território, levou a uma maior aproximação e interdependência americana pela questão estratégica e financeira.

O apoio dado pelos Estados Unidos no começo do século presente, foi essencial para o combate ao narcotráfico e a guerrilha, assuntos esses que miravam a governança da Colômbia. Foi com a chegada de Álvaro Uribe à Casa Mariño, que a ordem da política exterior se utilizou da política de Seguridade Democrática, que teve com o alicerce a aliança tradicional com os Estados Unidos para combater o terrorismo, o que gerou um mal estar em todas as nações vizinhas.

Esse fato, gerou como consequência a supremacia do direito político sobre o direito jurídico, com a liderança do Ministério da Defesa Nacional, onde não havia o conhecimento dos princípios do direito internacional, como mostra o caso emblemático da Operação Fênix que por ordem política, se violou a soberania de um outro Estado (Equador) para bombardear a base de operações do guerrilheiro Raúl Reyes.

Nesse sentido, o acordo de cooperação se converteu em um objetivo prioritário da política exterior colombiano, o que levou a solicitação de ajuda militar americana como o Plano Colombiano e o Plano Patriota, com uso de 7 bases colombianas pelos americanos. Esse fato teve como consequência o começo do isolamento geopolítico com os países latino-americano, em especial com os países vizinhos, Brasil e Venezuela.

Outro fator que exerceu pressão na plataforma geopolítica colombiana é o fato que a casa Nariño não via com muita simpatia a tendência de esquerdização dos governos vizinhos. Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia, foram todos influenciados por uma corrente de esquerda, ou como queria parecer o presidente Hugo Chávez, uma corrente Boliviana, que para muitos se tratava do comunismo do século XXI.

Esse fato não provocava simpatia do presidente Álvaro Uribe por ser de ultra direita e estava em harmonia com a ideologia norte-americana.

Com o aprofundamento da globalização, os processos de institucionalização das Relações Internacionais, o governo da Colômbia sentiu a necessidade de mudar seu *modus operandis* e buscou se realinhar com a nova ordem mundial, sem poder contar muito com seu maior aliado, que estava enfrentando crise econômica e estrutural internamente.

Essa mudança na ordem internacional, mostrou um sistema multicêntrico interdependente, com atores muito variados com interesse de inserção internacional.

O início do século XXI teve como prioridade da política exterior colombiana o alinhamento da doutrina americana e o isolamento com os países vizinhos. Os temas como seguridade e o comércio, foram os aspectos de maior importância dada pela presidência de Álvaro Uribe, mas nada se via no aspecto de integração com os países vizinhos que foi relegado para o segundo plano.

O que já não era das melhores relações, ficam pior nesse primeiro momento. A informação encontrada no computador do chefe guerrilheiro Raúl Reyes, mostrou a umbilical parceria com os militares venezuelanos com a guerrilha da FARC, com repasse de dinheiro e armas compradas pela Venezuela para o grupo de guerrilha colombiano.

Hugo Chavez e os militares venezuelanos viam a relação da Colômbia com os Estados Unidos com muita desconfiança, consideravam como um projeto maior dos americanos e a Colômbia seria um pretexto para uma invasão de seu território ou um outro país latino-americano.

Esse assunto, embora tenha sido tratado pela Corte Constitucional Colombiana como inconstitucional, afetou de forma severa o comércio bilateral com a Venezuela, que era muito favorável à Colômbia. Outros países vizinhos questionaram o acordo com os americanos.

Em meados de 2008, começou a se perceber que essa política exterior de isolamento com os vizinhos mantida pelos recentes presidentes se mostrava superada e não ser mais válida e correta na atual conjuntura.

As Comissões de Vizinhanças, instrumento muito utilizados nos anos noventa por suas utilidades instrumentais muito ágeis pelas relações bilaterais,

voltaram a ser utilizadas pelo governo de Juan Manuel Santos e sua chanceler Maria Ángela Holguín.

A aliança incondicional com a potência do Norte começou a perder força. A mudança começou com um discurso mais moderado na posse de Santos, onde buscou um tom mais conciliador e de unidade nacional, ao mesmo tempo mostrava uma nova imagem de um país com plataforma geopolítica mais plural de múltiplas vertentes. Aspectos mais positivos do país foram o carro chefe desse governo, abandonando a política do terror.

As diversificações das relações internacionais principalmente com os vizinhos latinos, mostrou para o mundo uma virada de 180º na política exterior. A Colômbia começa a buscar um lugar na liderança do continente com um novo estilo de governar e um pragmatismo realista com sua política exterior.

Santos direcionava sua política externa para uma relação de maior diálogo com uma agenda mais integral voltada para as relações bilaterais, principalmente as regionais. Colômbia percebe que não é através de isolamento geopolítico que vai conseguir resolver seus problemas internos e sim com uma profunda base de cooperação em segurança com os países vizinhos.

Mesmo que ainda exista uma tensão e desconfiança com a Venezuela, existe uma agenda comum para o combate ao crime de fronteira entre esses dois países.

A Colômbia vêm mostrando que mudou de país que exportava problemas, para um país que coopera e respeita a soberania dos países vizinhos, abrindo diálogos com o Brasil, Argentina, Chile e México para uma agenda comercial voltada para as parcerias comerciais de longo prazo e que seja benéfica para sua população.

### **3. COLÔMBIA FRENTE ÀS LIDERANÇAS REGIONAIS**

Para a Colômbia, está claro que a liderança regional está nas mãos do Brasil, pelo seu tamanho geográfico, economia e pluralismo político com instituições amadurecidas e respeito mútuo com as leis internacionais.

A necessidade de se colocar como líder mesmo que de forma secundária em nível continental, faz com que a Colômbia busque a inserção em projetos de

cooperação e de integração. Mesmo que por afinidade ideológica, tenha participação mais ativa na questão do Arco Pacífico, ela busca por novos mundos, e abre sua agenda para aumentar seu leque de discussão com Ásia, Europa e busca uma maior integração no continente americano.

A inserção da UNASUR, na IIRSA e no Mercosul mostra a sua disposição em mudar sua retórica de isolamento e apoio incondicional aos Estados Unidos.

Para a Colômbia está muito claro que a sua influência regional depende de como vai se comportar com o gigante do sul, onde esta ao seu lado como parceiro preferencial, pode alavancar de maneira mais rápida seu crescimento.

O Brasil pode contribuir e ser o elo de ligação do CAN com o Mercosul. Também pode levar a entrada no USAFUR. A dimensão econômica do Brasil, automaticamente se converteu um grande atrativo para as exportações colombianas. O interesse do Brasil em se fazer líder natural e de consenso, nada atrapalha a geopolítica colombiana em se posicionar não como dependente, mas como possível potencial parceiro de liderança mediana.

O desenvolvimento da economia brasileira, gera expansão em toda região e sua estratégia de liderança não impõe pressão internacional em nenhum país regional. Outro fator preponderante, é que o Brasil também está alinhado com a potencia mundial, mas sempre busca manter uma certa distância e independência em assuntos geopolíticos. A não dependência incondicional é fator de consulta e de estudo para a Colômbia, que não precisa se distanciar por completo dos Estados Unidos, apenas aproveitar as melhores oportunidades dos dois líderes regionais.

O Brasil, definiu o continente sulamericano como sua região de influência e o Mercosul, junto com Unasul, OTCA são pilares para sua projeção e integração regional, que podem gerar escala geopolítica na sua inserção mundial.

Muitos estudos mostram que a forma de liderança implantada pelo Brasil não é autoritária e não se importa em ceder à soberania a favor de instituições supranacionais que contribuam com autonomia e estejam alinhadas com a democracia, pelo contrário, sempre desejou o revezamento das direções dos órgãos supranacionais.

Portanto, as relações bilaterais entre Brasil e Colômbia atravessam um bom momento na atualidade, com previsão de ampliar as negociações econômicas e culturais, buscando uma maior integração de seus povos.

Pastrana (2010) sugere que com o enfraquecimento da influência regional pelo s estados Unidos, o Brasil poderia assumir o vácuo deixado, modelando assim os modelos e visões geopolíticas da região sul-americana.

Afirma que com a hegemonia norte-americana decrescente para uma hegemonia brasileira crescente, seria motivo de realinhar a visão geopolítica colombiana para cooperar com a nova liderança que serviria como guia ou como motor para uma política sul-americana que impulsionaria o Brasil a se tornar um World Players ou potência emergente.

A administração do presidente Santos optou por promover a diversificação de sua agenda e deixou de girar exclusivamente em torno da seguridade, passou para uma agenda mais leve, onde assuntos como tecnologia, ciências, energia, meio ambiente, educação, passaram a ter mais peso e atenção na política externa.

Com a chegada de Santos, houve uma corrida para recuperar o terreno perdido na geopolítica, o que antes era assunto somente de segurança, agora Venezuela, Equador e Brasil, passaram a te maior atenção e uma política de confiança mútua compartilhada. Foi o término do acordo de uso das sete bases militares pelos Estados Unidos, que a Colômbia começou a resgatar a confiança dos seus vizinhos.

O presidente Santos também anunciou que aspirava posicionar a Colômbia como um ator internacional relevante, mediante as associações mais estreitas com atores de peso internacional, tanto da região como de outros palcos. Desejo esse que é visto com muita simpatia pela academia, imprensa e os intelectuais internamente.

Insistiu também em aprofundar as relações com a China e fazer parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### **3. A QUESTÃO AMERICANA**

Rodrigo Pardo e Juan To Katlian, afirma que a política exterior da Colômbia é marcada pela influência norte-americana tanto no pensamento como na prática e isso está registrado em várias passagens em sua história.

São três etapas que podem servir de características para mostrar a evolução recente das relações bilaterais. A primeira compreende o período de 1993-1997,

onde a agenda bilateral só tratava das questões do narcotráfico, com tensões latentes entre as outras nações. A segunda etapa de 1998-2002 trata do período pelo qual se negociou e implementou o plano Colômbia. A última etapa vai de 2002-2007 e marca um novo nível operacional no Plano Colômbia, que reflete a sintonia entre o governo Uribe e o governo americano de George W. Bush entorno da chamada guerra contra o terrorismo.

Esta aliança cerrada com os Estados Unidos refletiu a visão tradicional da política colombiana, pois possui certa concepção e fundamentação estatística das relações exteriores, assim como configura um instrumento de projeção e realização da política interior colombiana. Essa visão, segundo Martha Ardila, levou a Colômbia a se distanciar e criar desconfiança nos vizinhos latino-americanos.

Foi a partir de 11 de setembro de 2001, que os Estados Unidos deixaram de considerar a América Latina como uma prioridade econômica e política e se concentraram em assuntos militares e de segurança, que começou um processo de revisão nas políticas exteriores da Colômbia.

Esse alinhamento com os Estados Unidos e a política de Seguridade Democrática, levou a Colômbia ao distanciamento com seus vizinhos e provocou tensões com a Venezuela. A aliança adquiriu conotações que não existiam no continente, e levou a percepções equivocadas. Colômbia considera a aliança uma garantia de não ser atacada, já a Venezuela se diz ameaçada seu território e sua soberania.

Outro fato importante, como já foi tratado nesse trabalho é o fato de que nessa época (2002-2010) houve um crescimento de governos esquerdistas na América Latina, principalmente com os vizinhos da Colômbia. Venezuela com bolivarianismos, Brasil com o Partido dos Trabalhadores, Equador e Bolívia com tendências comunistas. Somente o Peru não tinha governo com ideologia socialista, assunto esse que incomodava Washington e Bogotá.

#### **4. QUESTÕES EM ABERTO**

Historicamente a Colômbia vem tentando limitar suas fronteiras diferentes maneiras. A independência dos povos sul-americanos dos seus colonizadores, deixou muitas dúvidas e ambiguidades a respeito das delimitações dos países na

hora da independência. No caso em particular da Colômbia que se separou do Equador e da Venezuela, quando fazia parte do Gran Colômbia em 1830, ficaram algumas questões em aberto sobre os limites territoriais e marítimos com esses outros dois países.

As fronteiras terrestres da Colômbia correspondem a 6.342km e se fazem com cinco países, sendo eles: Venezuela, Brasil, Equador, Peru e Panamá. Na fronteira marítima, ela se faz com nove países, que são: Equador, Panamá, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Haiti, Honduras, Venezuela e Jamaica.

Desses nove países que fazem fronteira marítima, somente dois apresentam litígio com a Colômbia, dos quais, até hoje gera atrito com os países, Nicarágua e Venezuela.

Historicamente a diplomacia Colombiana nas negociações do âmbito das limitações terrestre, sempre utilizou o argumento embasado pelo princípio do direito romano “Uti Possidetis Jure”, para fincar as bases de sua argumentação nos documentos negociados ainda no tempo das colônias. Argumento esse preferido desde Simon Bolívar para justificar sua peça jurídica.

Esse argumento embasado nesse princípio somente não teve sucesso quando apresentado contra o Brasil, que desde Alexandre Gusmão se adotou o princípio de “Uti possidetis de facto”, segundo o qual as fronteiras só são delimitadas quando de fato a posse está na mão daqueles que vivem no local e não por acordo nas cortes colonizadoras.

O caso mais recente foi com a Nicarágua, que embora tivesse já um tratado de Esquerria-Bárcenas, firmado em 24 de março de 1828 sobre as áreas marítimas, não impediu que a Nicarágua levasse a Corte Internacional de Justiça de Haia, justificando que a data do acordo (1828) não existia o direito do mar, portanto seria nulo o acordo com a Colômbia.

Mesmo com tanta argumentação de defesa da Colômbia em tentar fazer valer o antigo tratado firmado em 1828, em 2012 a Corte Internacional decidiu que a Colômbia deveria ceder 40% do seu território marítimo com a Nicarágua.

Para muitos na Colômbia, esse foi um duro golpe diplomático que levou internamente ao questionamento do real poder diplomático de persuasão, haja vista

que não foi à única derrota diplomática em sua história de limites, reacendendo o nacionalismo interno.

## 5. POSICIONAMENTO GEOPOLÍTICO

É fato que a Colômbia se destaca pelo seu tamanho, população e posição geográfica na geopolítica regional, sendo considerada como uma potência média ou secundária pelos estudiosos em geopolítica. Por ser o único país da América do Sul que possui as costas banhadas por dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, a coloca geograficamente como uma vantagem geopolítica em comparação aos demais países vizinhos no continente.

Potências secundárias em alguns casos são ou foram vítimas de agressões e submissões por disputa territorial, limites e econômicas na história, mas no caso da Colômbia, sua ambição na política exterior a coloca não em posição de conflito ou isolamento como foi até recentemente, agora a visão atual é projeta-la para o XXI como a nação parceira e comprometida a respeitar as leis internacionais.

Para fortalecer esse posicionamento de liderança regional ela precisa estar disposta a promover bens públicos com relativa estabilidade e infraestrutura para sua região; precisa compartilhar poder com os Estados vizinhos e participar de decisões a nível regional; promover normas e valores baseados em sua legitimidade e autoridade moral e por último, guiar as discussões baseando-se na inclusão, nos vínculos políticos com uma agenda pluralista que faça parte um discurso que lhe conduza a criação de um consenso regional de sua liderança conceptiva.

Forças ideológicas internas podem atrapalhar a criação de uma agenda exterior, é necessário fortalecer as instituições nacionais e buscar um consenso interno sobre as políticas exteriores.

Em um Estado democrático, o poder legislativo, a sociedade e os meios de comunicação são fatores que contam muito na orientação das políticas exteriores, por isso a necessidade de amadurecer internamente assuntos que irão orientar a elaboração ou estratégia de posicionamento do Estado, através do convencimento em Câmaras de trabalhos parlamentares, grupos de estudo nas academias e congressos afetam ao público que se consolidará e se dará consolidação das ferramentas da política pública voltada à política exterior do Estado Colombiano.

Buscar fazer parte de projetos de cooperação ou em conselho continental é o outro meio de ganhar experiência e envergadura geopolítica, a prática do Soft Power gera muito mais ganhos na política exterior do que o acirramento ou isolamento como foi o Plano Colombiano.

Fazer parte do Mercosul, Unasul ou até mesmo Conselho Sul-americano de Defesa (CED), colocaria a Colômbia na mesa das rodadas de negociações e buscaria a reaproximação com os vizinhos que estavam afastados ou temerosos com o Plano Colômbia.

Para Buges (2008), a liderança do Brasil na América do Sul, parte de uma estratégia central de hegemonia consensual, que pela busca da proteção da democracia, o desenvolvimento econômico e as respostas regionais conjuntas para os desafios da globalização, abrem espaço para acordos multilaterais em que a Colômbia pode se aproveitar e pegar um gancho para alavancar de maneira mais rápida sua liderança no continente, de forma que não gere desgaste.

Pastrana (2011) argumenta que o presidente Santos, dispõe de duas janelas de oportunidade histórica: a primeira seria negociar a entrada como membro permanente no MERCOSUL, a segunda seria Bogotá utilizar o Brasil e o MERCOSUL como forma de plataforma de lançamento para um projeto de liderança na região Andina. Uma eventual ligação da CAN com o MERCOSUL geraria ganhos para todos os países envolvidos e colocaria a Colômbia em posição de liderança consensual.

### **Considerações finais**

Quando se trata de examinar a conduta da Colômbia no cenário internacional é indispensável buscar as respostas no papel dos seus líderes, dos seus tomadores de decisões. O modelo burocrático organizacional das instituições que fazem a política internacional da Colômbia deve deixar de ser fruto de uma política de governo e passar a ser uma política de Estado.

No caso colombiano a integração das agendas no Ministério de Relações Internacionais, o Ministério do Comércio Industrial e Turismo, o Ministério de Defesa e a Presidência com suas diversas agências e Departamento Nacional de Planejamento só poderão construir uma eficiente política exterior se houver uma

integração, um processo de formação e profissionalismo de seu corpo executivo e tiver uma boa coordenação interministerial. A negociação, cooperação e coordenação entre as instituições aqui ditas, são vitais para o funcionamento de todo aparato da política exterior e condição *sene qua non* para uma plataforma de inserção internacional da Colômbia.

É indiscutível que o estilo gerencial na condução das relações internacionais da Colômbia pelo presidente Juan Manuel Santos, com uma alta capacidade de delegação da função política-diplomática na Cancilheiria, afastou de vez o modelo personalista que regulava as interações exteriores do Estado em governos passados.

A orientação pela verticalidade moderada na política exterior frente ao Ministério de Relações Exteriores ou as instituições governamentais, busca uma relação favorável de intercâmbio e compromisso com os assuntos internacionais, ajudam na busca por prestígio internacional, mudaram a postura da Colômbia no jogo internacional, projetando uma nova imagem com credibilidade e confiança nos seus vizinhos latino-americanos e de outros continentes.

Para finalizar, a Cancilheiria, os profissionais da Academia Diplomática de San Carlos e os especialistas do Centro de Pensamento Estratégico do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, sugerem e propõem algumas considerações sobre o fortalecimento da diplomacia e política exterior como meta para a criação de uma nova proposta que vá ao encontro das novas demandas de uma agenda internacional atualizada e voltada para o Soft Power. Essas são as recomendações sugeridas:

1- Construir um documento estratégico “A visão da Política Exterior” como missão e visão institucional de delinear prioridades temáticas e geopolíticas com estratégias e instrumentos de interação, inserção e integração internacional.

2- Construir um Plano estratégico de fortalezas e debilidades do sistema de política exterior em áreas específicas.

3- Reforçar os níveis de accountability e participação cidadã em assuntos, financeiros, diplomáticos, educativas, para fortalecer a interação do público interno com assuntos de ordens de política exterior.

4- Convocar e coordenar debates públicos nacionais sobre os temas de política exterior com todos os seguimentos da sociedade.

5- Convocar e coordenar trabalhos de pesquisa em problemas internacionais e política exterior na Colômbia.

6- Proposta de debates e encontros permanentes sobre as estruturas e conjunturas da política exterior.

Todas essas propostas se aplicadas poderiam ajudar a Colômbia a uma mais efetiva inserção na geopolítica mundial, transformando de fato em uma potência regional. Isso provocaria uma mudança de 180° na forma de fazer política exterior e modelaria todo um aparato estatal para uma nova mentalidade da sociedade.

A Colômbia tem todos os requisitos e condições de se tornar um líder em seu continente, provavelmente isso ocorrerá primeiramente com o fim do conflito de 50 que marcou pelo menos duas gerações de militares e diplomatas.

A atual percepção de se remodelar para poder se inserir em um novo cenário geopolítico mundial, esta seguramente no caminho certo com boas chances de colher frutos duradouro nas relações exteriores.

## Referências

ARDILA, Martha. **Prioridades y instrumentos de la inserción internacional de Colombia.** In: **Colombia: Una política exterior em transicion.** Fundacion Friedrich Ebert en Colombia (FESCOL). Bogotá. 2011.

BUENAS, EDUARDO PASTRANA, PIÑEROS, DIEGO VERA. **Los desafios de Colombia frente a la proyeccion del Brasil como potencia regional y jugador global.** Fundacion Konrad Adenauer. Colombia. Bogotá. 2012.

CHAVES, Benjamin Herrera. **La region Andina y las incidências geopolíticas en la insercion internacional del Estado da Colombia.** Fundacion Konrad Adenauer. Colombia. Bogotá. 2012.

DUENAS, Piñeros. **De Uribe a Santos: continuidad o nueva orientacion de la política exterior de Colombia?.** Fundacion Konrad Adenauer. Colombia. Bogotá. 2012.

FONNEGRA, Javier Sanin. **La personalizacion del poder en la política exterior colombiana.** In: **Colombia: Una potencia en desarrollo? Escenarios y desafios para su política exterior.** . En: *Colombia* ISBN: 978-958-57456-0-5 ed: Editorial Javegraf , v. , p.462 - 472 ,2012.

PARRA,PIO GARCIA. **Colombia transpacífica: opciones de política y liderazgo regional" Colombia: Una Política Exterior En Transición** . En: Colombia ISBN: 978-958-8677-03-3 ed: Editorial FESCOL , v. , p.1 - 469 ,2011.

RESTREPO, Yilly Vanessa Pacheco. **Colombia y su pretensión de liderazgo regional en la política ambiental. Colombia: ¿Una Potencia En Desarrollo? Escenarios Y Desafíos Para Su Política Exterior** . En: Colombia ISBN: 978-958-57456-0-5 ed: Editorial Javegraf , v. , p.543 - 562 ,2012.

SOCORRO Ramírez. **Política exterior colombiana: hacia la integración con el mundo**. In Luis Alberto Restrepo M., (dir.), Sintesis'93. Anuario Social, Político y Económico de Colombia, Bogotá, IEPRI - Tercer Mundo Edts., abril de 1993, págs. 128-143.